



Domingo, 17 de junho 2007 -
Brasília, DF
Ano XV – n.º. 1053

AVALIAÇÃO DO GOVERNO

Desempenho Gerencial.

Levantamento da Associação dos Servidores do Ibama revelou que a greve da categoria, que se estende por mais de um mês, já atrasou a análise de licenças ambientais de 190 projetos. Entre eles, as duas principais obras do PAC no Rio Madeira. Prosseguem greves em setores da Polícia Federal. ☹

Desempenho Político. O Governo conseguiu impedir a CPI Mista da Navalha no Congresso Nacional, mas ela deve ser arquivada somente na terça-feira. Na Câmara, obteve a aprovação da MP 366, que dividiu o Ibama e criou o Instituto Chico Mendes. A matéria segue para o Senado. Renan Calheiros continua sob ataque. ☹

Desempenho Econômico. De acordo com o IBGE, o crescimento do PIB no primeiro trimestre do ano foi de 4,3% em relação a igual período do ano passado. O resultado ficou aquém das expectativas. O IBGE também registrou queda na atividade industrial de abril. Em 10 das 14 regiões pesquisadas, houve um recuo em comparação a março. Apesar do resultado, os indicadores mostram tendência de alta graças ao desempenho da agropecuária e à demanda nos setores de alimentos, máquinas e equipamentos e veículos. ☹

Desempenho Fiscal. No primeiro trimestre do ano, o governo arrecadou R\$ 222 bilhões, recorde para o período, com crescimento de 10,2% acima da inflação. Atualmente a carga tributária equivale a 37,3% do PIB. ☹

Desempenho Social. Segundo o IBGE, o emprego na indústria cresceu 0,5% em abril frente a março. Foi o quarto resultado positivo, com acúmulo de 1,4% no primeiro quadrimestre e 1,7% na comparação entre abril deste ano e abril de 2006. Pelas estimativas do governo, haverá criação recorde de empregos neste ano, aproximadamente 1,55 milhão de postos. ☹

Clima Político da Semana

Semana agitada no Congresso. A Câmara tenta mais uma vez votar a Reforma Política. No Senado, o Conselho de Ética pode decidir o futuro do presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL). Termina na terça-feira o prazo para que os defensores da criação da CPI Mista da Operação Navalha consigam novas adesões, caso contrário a CPI não será criada, conforme quer o governo. Mangabeira Unger assume a Secretaria Especial de Planejamento Estratégico na terça.

Temas da Semana

Leilão de energia. A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) realiza leilão de fontes alternativas de energia na segunda-feira. Estão habilitadas a participar do leilão 87 empreendimentos que somam uma potência nominal equivalente a 2.803 MW, sendo 844 MW (30,12%) de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), 939 MW (33,51%) de energia eólica e 1.019 MW (36,37%) de biomassa.

Câmara. Começa a semana com uma medida provisória trancando a pauta: MP 367/07, que abre crédito extraordinário em favor dos Ministérios dos Transportes e da Defesa, no valor global de R\$ 420,57 milhões. Na quinta, uma nova MP passa a bloquear a agenda de votações: MP 368/07, que libera R\$ 975 milhões do Tesouro Nacional para os estados e municípios como forma de compensar as perdas causadas pela Lei Kandir. Mas o item mais polêmico e importante da pauta da Câmara para esta semana é o projeto de lei que trata da Reforma Política, em especial do voto em lista e do financiamento público de campanha.

Senado. Está com a pauta trancada por seis medidas provisórias: 359/07, que reestrutura os cargos da carreira da Seguridade Social (Lei 10355/01); 358/07, que altera a Timemania; 361/07, que permite a contratação emergencial de mais 100 servidores temporários para o controle de tráfego aéreo; 360/07, que cria a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República; 362/07, que reajusta o salário mínimo de R\$ 350 para R\$ 380 a partir de 1º de abril; e 363/07, que acrescenta artigo 2º-A e altera o artigo 3º da Lei 10.184, de fevereiro de 2001, sobre concessão de financiamento vinculado à exportação de bens e serviços nacionais.

Reforma Ministerial. Mangabeira Unger assume a Secretaria Especial de Planejamento Estratégico, que tem status de ministério, na terça-feira. Foi o quarto adiamento desde que Unger foi convidado a integrar a equipe do presidente. O presidente também pode anunciar o ministro de Minas e Energia.

Lei do Gás. O deputado João Maia (PR-RN), relator do projeto de lei do gás na comissão especial da Câmara que discute o assunto, apresenta seu parecer na quinta-feira. Um dos pontos polêmicos do projeto é a concessão de poderes ao Conselho Nacional de Política Energética para estabelecer as prioridades de consumo do gás natural em casos de emergência. Os estados são contra, pois acham que esta decisão não pode ficar apenas com a União. Outros pontos: o livre acesso aos gasodutos, o regime jurídico do transporte (concessão X autorização), e verticalização das empresas do setor. A expectativa do relator é que o seu parecer seja votado na Comissão no dia 5 de julho.

Renan Calheiros. O Conselho de Ética do Senado adiou para terça-feira a votação do relatório do senador Eptácio Cafeteira (PTB-MA) que absolve o presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL), das denúncias de que teria recebido dinheiro de empreiteira para pagar pensão à jornalista Mônica Velloso com quem tem uma filha fora do casamento. A decisão foi antecedida por calorosas discussões entre senadores que pressionaram Cafeteira para adiar a votação em virtude de denúncias do *Jornal Nacional*, de quinta-feira. Uma reportagem demonstrou que Renan teria forjado notas fiscais para comprovar a venda de gado que justificaria os recursos empregados no pagamento da pensão à Mônica. O relator aceitou a proposta após intervenção do presidente do Senado, por meio do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR). Ficou acertado ainda o depoimento de Cláudio Gontijo, diretor da Mendes Junior, na segunda-feira.

Política e Governo

⇒ Cronograma da CPMF está apertado

O governo encaminhou ao Congresso Nacional no dia 23 de abril proposta de emenda à Constituição que prorroga a DRU e a CPMF (PEC 50/07). No dia 30 de abril o texto chegou à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e no dia 9 de maio o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) foi designado relator. De lá para cá nada aconteceu.

Depois de apreciada pela CCJ, a PEC deve seguir para uma Comissão Especial antes da votação em dois turnos pelo plenário da Câmara. Depois, a proposta será encaminhada ao Senado, onde precisará ser analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e depois votada em dois turnos pelo plenário.

De acordo com cronograma elaborado pela Arko Advice, considerando que todos os prazos regimentais sejam cumpridos e que o relator apresente seu parecer na próxima quarta-feira (20/06), a proposta poderia ser votada pela CCJ da Câmara no dia 26 de junho e no dia 12 de setembro, na Comissão Especial. A votação em primeiro turno pelo plenário da Câmara ocorreria no dia 18 de setembro e em segundo turno, no dia 26.

Mesmo que alguns prazos na Câmara sejam suprimidos e etapas aceleradas, a proposta ainda tem que ser analisada pelo Senado. Ou seja, sem um esforço muito bem sucedido, é difícil que a proposta seja aprovada definitivamente antes do dia 30/09.

A principal dúvida é sobre a necessidade de a nova CPMF cumprir noventena. Conforme o *Política Brasileira 1.040* (29 de abril), tratando-se de simples prorrogação, nosso ponto de vista é que não seria necessário o prazo de 90 dias para a emenda entrar em vigor. Foi esse o entendimento (por unanimidade) do Supremo Tribunal Federal em 2002.

Duas mudanças podem ser incluídas na PEC. Uma delas é a alíquota regressiva. Ou seja, fazer com que o percentual de 0,38% cobrado atualmente seja reduzido nos próximos anos até chegar a um patamar que funcione apenas como instrumento de fiscalização da Receita Federal para combater a sonegação fiscal. Outra possibilidade é o compartilhamento de receita com Estados e Municípios. Os governadores querem que 20% da arrecadação da CPMF seja dividida com os Estados e 10% com as prefeituras.

A aprovação de pelo menos uma dessas duas mudanças pode determinar o questionamento sobre a noventena no STF. Cada mês sem cobrança da CPMF são R\$ 3 bilhões a menos para os cofres da União. Daí a prioridade absoluta do governo pela aprovação da proposta.

Aparentemente, a principal razão para que o deputado Eduardo Cunha ainda não tenha apresentado o seu parecer é a espera, por parte do PMDB do Rio de Janeiro, da indicação de Luiz Paulo Conde para a presidência de Furnas.

Antes, porém, o governo terá que resolver a indicação do novo ministro de Minas e Energia, da presidência da Eletrobrás e, por último, de comando de Furnas. Ou seja, é pouco provável que Cunha apresente seu parecer nesta semana. Com isso, maiores atrasos são esperados.

⇒ Fogo amigo contido até 2008

O fogo-amigo foi a marca do primeiro mandato do presidente Lula. Em parte, porque seus aliados tradicionais de esquerda tiveram que dividir espaço na administração com outras legendas consideradas conservadoras.

Também porque esperavam um comportamento em relação à economia que o presidente não teve. Pelo contrário. Contrariando as expectativas, aumentou o superávit primário (de 3,75% para 4,35% do PIB), elevou a taxa de juros, encaminhou a Reforma da Previdência ao Congresso prevendo contribuição de inativos e encaminhou proposta prorrogando a DRU e a CPMF, dentre outras medidas.

Neste segundo mandato o quadro é diferente. Os atritos não acabaram, mas eles estão menos frequentes. E as duas divergências mais simbólicas o presidente Lula conseguiu controlar rapidamente.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, criticou o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, pela condução da política monetária no início do ano. O presidente interveio e Mantega foi obrigado a recuar.

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e a da Casa Civil, Dilma Rousseff, entraram em atrito por conta da demora do Ibama em decidir sobre a concessão de licenças ambientais, o que estava dificultando o andamento de projetos relacionados ao Programa de Aceleração do Crescimento. Lula assinou medida provisória dividindo o Ibama em dois órgãos com o objetivo de resolver o problema.

Três fatores podem explicar a redução do fogo amigo. Um deles é que os aliados tradicionais de Lula parecem ter superado o choque inicial de dividir espaço na gestão petista com outros partidos de centro e de centro-direita.

Outro é o bom resultado da economia, como o controle da inflação, a redução da taxa de juros e o aumento das reservas internacionais. Graças a isto estamos perto do tão esperado *investment grade*.

Terceiro: a alta popularidade do presidente Lula. Como consequência deste fator, todos estão interessados no apoio de Lula nas eleições de 2008 e 2010. Afinal, ele será um cabo eleitoral imprescindível.

Desta forma, a tendência é que o fogo amigo permaneça contido por algum tempo. É preciso aguardar para saber se continuará assim depois das eleições municipais do próximo ano. Em especial, quando o debate sucessório de 2010 esquentar.

Análise de Conjuntura

⇒ Dificuldades da reforma política

Embora haja consenso de que o atual sistema político esteja no fundo do poço, constatou-se na semana passada que ainda existem conflitos no Congresso sobre qual o melhor modelo a ser adotado.

Os dois pontos mais polêmicos da proposta em discussão na Câmara (PL1210/07) são o voto em lista e o financiamento público de campanha. Os parlamentares favoráveis à inovação argumentam que estes dois aspectos fortalecem os partidos e minimizam a corrupção na medida que proíbe o financiamento com recursos privados.

Os políticos contrários alegam que o voto em lista afasta ainda mais o representante do representado e aumenta o poder dos caciques partidários. O financiamento público não seria capaz de inibir o caixa 2 nas campanhas eleitorais.

O relator da proposta, deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO), tenta fechar um novo texto substituindo o voto em lista por um sistema misto, em que o eleitor, além de votar na legenda, pode escolher o candidato de sua preferência. Esta fórmula está sendo chamada de “distritão”.

A nova proposta de Caiado, a ser apresentada e discutida com líderes partidários nesta semana, pode contribuir para minimizar as resistências ao projeto, mas ainda não é garantia de que será suficiente para aprová-lo. Dependerá da fórmula que será proposta.

Mesmo que a Câmara consiga aprovar a matéria, será que as novas regras já podem ser aplicadas nas eleições de 2008 e 2010?

Para as eleições do próximo ano (municipais) é pouco provável. Pois, de acordo com a Constituição, qualquer alteração nas regras eleitorais deve ser aprovada um ano antes do pleito. Ou seja, para valer para 2008, o projeto deveria ser aprovado até 4 de outubro deste ano. Dificilmente será.

Em primeiro lugar, porque a proposta terá que ser remetida ao Senado. E apesar de também ser consensual entre os senadores que a reforma é

necessária, não se pode afirmar com precisão que eles irão concordar com a versão que sairá da Câmara. E se o texto for modificado no Senado, terá que retornar para exame dos deputados.

Segundo: a pauta do próximo semestre está bastante carregada, conforme alertamos no *PB 1.050* (3 de junho): agências reguladoras, a Lei do Gás, defesa da concorrência e o projeto que trata da legislação ambiental. Todos eles já em tramitação na Câmara. A esta lista serão incorporados a Reforma Tributária (criação do IVA federal e estadual) e a Reforma Previdenciária (idade mínima para os trabalhadores da iniciativa privada, mudança nas regras de pensões e desoneração da folha de pagamento). Isso sem falar na prorrogação da CPMF e da DRU (em tramitação na Câmara), na regulamentação da exploração de terras indígenas por mineradoras e no Orçamento, que chega ao Congresso em agosto.

Mas para 2010 é possível. Para isso, basta que a proposta seja aprovada até 3 de outubro de 2009. Um ano antes do pleito.

Mesmo assim, dois problemas: 1) saber se a reforma política, depois que for aprovada pela Câmara, continuará na lista de prioridade dos senadores; 2) mesmo depois de aprovada pelo Congresso e sancionada pelo presidente, pode haver questionamento sobre a constitucionalidade da lei no Supremo Tribunal Federal.

⇒ Caso Renan pode parar na Justiça

Na terça-feira, o Conselho de Ética do Senado votará o relatório do senador Epiácio Cafeteira que inocenta o presidente do Senado, Renan Calheiros, do uso de recursos da empreiteira Mendes Junior no pagamento de compromissos pessoais.

A decisão foi adiada sob forte pressão de alguns senadores e da opinião pública, depois que a Rede Globo noticiou que Calheiros usou notas frias para demonstrar a venda de gado. A operação comercial suspeita de fraude tentava demonstrar que Renan dispunha de recursos para pagar pensão à jornalista Mônica Veloso. A reportagem expôs a principal fragilidade da blindagem política do senador realizada pela base aliada e pela oposição, como forma de evitar nova eleição para a presidência do Senado e com isso por em risco a estabilização do mecanismo de poder em vigor no Congresso.

A vitória parcial dos adversários de Calheiros foi reforçada por uma espécie de campanha da grande imprensa para impedir o arquivamento do processo, considerado um fato consumado. Imagina-se que a perícia dos documentos, feita pela Polícia Federal e por técnicos do Senado, é um jogo de cartas marcadas. Se perderem no Conselho, onde Calheiros tem 9 dos 15 votos, os adversários do senador prometem recorrer à Justiça.

Agenda Política da Semana

SEGUNDA-FEIRA (18/06)

- ✓ Diretório Nacional do PT se reúne para debater **Reforma Política**, em Brasília.
- ✓ Um grupo de deputados da **CPI do Tráfego Aéreo da Câmara** faz diligência nas obras de infra-estrutura do Aeroporto Internacional de Congonhas.
- ✓ O Conselho de Ética do Senado ouve o diretor da Mendes Junior, **Cláudio Gontijo**, no processo contra o presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL), por quebra de decoro parlamentar.
- ✓ O Ministério de Minas e Energia realiza **leilão de fontes alternativas de energia**.
- ✓ O IBGE divulga resultado das **vendas no varejo** de abril.
- ✓ Divulgação do **IGP-10** de junho.
- ✓ Fundação Liberdade e Cidadania, do DEM, promove seminário “**Um Novo Modelo de Gestão do Transporte Aéreo**”, em São Paulo.
- ✓ O presidente do Banco Central, **Henrique Meirelles**, faz palestra em evento promovido pela Câmara Americana de Comércio (Amcham) e pela Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica (Sobeert), em São Paulo.
- ✓ O presidente do BNDES, **Luciano Coutinho**, o cientista político **Murillo de Aragão** e o economista **Luiz Fernando Figueiredo** participam do 9º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais promovido pelo Instituto de Relações com Investidores (Ibri) e a Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), em São Paulo.

TERÇA-FEIRA (19/06)

- ✓ **Mangabeira Unger** assume a Secretaria de Planejamento Estratégico, pasta com status de ministério.
- ✓ O **Conselho de Ética do Senado** vota relatório do senador Eptácio Cafeteira (PTB-MA) sobre processo contra Renan Calheiros (PMDB-AL).
- ✓ A Câmara tenta votar projeto de lei que trata da **Reforma Política**.
- ✓ O Serviço Florestal Brasileiro apresenta relatório sobre a **gestão das florestas públicas** na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) do Senado.
- ✓ A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado deve examinar emendas da Câmara dos Deputados ao projeto do Senado (PLS 146/96) que altera a legislação sobre o regime tributário, cambial e administrativo das chamadas Zonas de Processamento de Exportações (ZPEs).
- ✓ Termina o prazo para Mesa Diretora do Senado arquivar requerimento da **CPI Mista da Operação Navalha**.
- ✓ A **bancada feminina** da Câmara realiza o seminário internacional "Trilhas do Poder das Mulheres – Experiências Internacionais em Ações Afirmativas", que se estende até 20 de junho.
- ✓ A **CPI da Crise Aérea (Câmara)** ouve depoimento da presidente do Sindicato Nacional dos Aeroviários, Selma Balbino, às 9h, e às 13h da presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas, Graziella Baggio.
- ✓ O presidente do Banco Central, **Henrique Meirelles**, participa de audiência pública na CAE do Senado para prestação de contas trimestral, esclarecimentos sobre as medidas que estão sendo tomadas pelo BC para reduzir a concentração bancária e para discorrer sobre os valores e números de tarifas bancárias criadas nos últimos anos no Brasil.
- ✓ A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado realiza audiência pública com o Tasso Rezende de Azevedo, Diretor Geral do Serviço Florestal Brasileiro, órgão da estrutura do Ministério do Meio Ambiente, para discutir conclusões contidas no primeiro Relatório Anual de **Gestão das Florestas Públicas**.
- ✓ Reunião do **Fórum Nacional da Previdência**.
- ✓ O Tribunal de Contas da União começa **juízo das contas do governo** relativas a 2006.
- ✓ Reunião do G-4 (Brasil, EUA, UE e Índia), em Paris, até o próximo dia 23, para discutir Rodada de Doha.
- ✓ Fiesp e Ciesp realizam 8º Encontro de **Negócios de Energia** em São Paulo.
- ✓ O ministro do Esporte, **Orlando Silva**, debate políticas do setor e Jogos Pan-Americanos em audiência pública da Comissão de Educação do Senado.
- ✓ O BNDES promove seminário e lança livro sobre **Perspectivas do Investimento 2007-2010**, no Rio de Janeiro.

QUARTA-FEIRA (20/06)

- ✓ A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara discute os dados divulgados da arrecadação de tributos e contribuições de competência da União, referentes ao mês de maio com o secretário da Receita Federal, **Jorge Rachid**, e técnicos.
- ✓ O ministro das Comunicações, Hélio Costa, o presidente da Embratel, Carlos Henrique Moreira, e o diretor-presidente da *Star One*, Gustavo Soares Silbert, devem participar de audiência pública na **CPI do Apagão Aéreo (Senado)** para discutir o controle do tráfego aéreo brasileiro por satélite geoestacionário.
- ✓ A Comissão de Minas e Energia da Câmara realiza audiência pública sobre o plano de ação da **Eletrobrás** com o presidente e diretor de Engenharia da Eletrobrás, Valter Luiz Cardeal de Souza.
- ✓ A Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara realiza audiência pública com o ministro da Fazenda, **Guido Mantega**, e o presidente do Banco Central, **Henrique Meirelles**, sobre a evolução das tarifas bancárias e a alteração na forma de cálculo da rentabilidade das cadernetas de poupança, com relação aos direitos dos consumidores e às irregularidades praticadas pelos bancos na cobrança de tarifas bancárias.
- ✓ A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara realiza audiência pública sobre registro e **fracionamento de medicamentos** com o ministro da Saúde, José Gomes Temporão; o diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Dirceu Raposo de Melo; e o presidente da Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica (Febrafarma), Josimar Henrique da Silva.
- ✓ As Comissões de Constituição e Justiça e de Ciência e Tecnologia do Senado promovem audiência pública para debater projeto que tipifica **crimes de informática**, como difusão de vírus, roubo de senhas e falsificação de cartões de crédito.
- ✓ O Conselho de Ética da Câmara vota sugestões para o **combate à corrupção**.
- ✓ A Anatel divulga **Índice de Serviços de Telecomunicações (IST)** relativo a maio.

QUINTA-FEIRA (21/06)

- ✓ O deputado João Maia (PR-RN), relator da **lei do gás**, apresenta seu parecer na Comissão Especial da Câmara que discute o assunto.
- ✓ A **CPI da Crise Aérea (Câmara)** ouve às 9hs depoimento da diretora de engenharia da Infraero, Eleuza Terezinha Manzoni dos Santos Lores, e às 13hs do secretário de finanças da Aeronáutica, Tenente Brigadeiro Neimar Diegues Barreiro.
- ✓ A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara realiza audiência pública sobre o **direito de greve no serviço público**, a criação do fundo de pensão para os servidores da união e o cálculo da correção do FGTS com o ministro do Planejamento, **Paulo Bernardo**.
- ✓ O IBGE divulga estatísticas de **desemprego** referentes a maio.
- ✓ Divulgação da segunda prévia do IGP-M de junho.
- ✓ O IPEA e a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo realizam seminário de lançamento do livro "**Gasto e consumo das famílias brasileiras contemporâneas**", em São Paulo.

SEXTA-FEIRA (22/06)

- ✓ O Banco Central divulga **Investimento Estrangeiro Direto (IED)** e resultado das **transações correntes** relativos a maio.
- ✓ O IBGE divulga IPCA-15 relativo a junho.